



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Pensando criticamente a economia política global: apontamentos para o estudo das potências médias emergentes Leonardo Ramos

Como citar: LEONARDO, R. Pensando criticamente a economia política global: apontamentos para o estudo das potências médias emergentes. *In:* SALATINI, Rafael. **Cultura e direitos humanos nas Relações Internacionais – vol 1** (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 89-106.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-801-9.p89-106>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

6.

PENSANDO CRITICAMENTE A ECONOMIA POLÍTICA GLOBAL: APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DAS POTÊNCIAS MÉDIAS EMERGENTES¹

Leonardo Ramos

INTRODUÇÃO

Várias transformações ocorridas nas últimas décadas têm chamado a atenção de bancos de investimento, jornais e academia para a emergência de determinados Estados na economia política global. Em tal processo de emergência estes vêm desenvolvendo articulações distintas (BRICS, IBAS, G20 agrícola, articulações no G20 financeiro, etc.), o que aumenta o destaque dado a eles. Neste processo, várias tentativas têm sido feitas no intuito de classificar e analisar tais Estados e seu respectivo impacto na economia política global: *emerging middle powers* (JORDAAN, 2003), *intermediate states* (LIMA; HIRST, 2006) e *would-be great powers* (HURRELL, 2006) são alguns exemplos. Não obstante, em um contexto de crises e indefinições, abordagens críticas se mostram extremamente relevantes, em especial no que concerne às reais potencialidades de mudança qualitativa da realidade (COX, 1996). É neste sentido que o presente capítulo busca se inserir neste debate. A ideia aqui é apresentar e articular a potencialidade de duas abordagens e, em especial, de dois conceitos a estas associados para o entendimento das potências médias emergentes e de seu papel na economia política global

¹ Versão prévia deste capítulo foi publicada em Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 2, n. 3, 2013.

contemporânea: sistema-mundo – e a ideia de *semiperiferia*; e neogramsciana – e a ideia de *transnacionalização do Estado*. A hipótese neste ponto é que a ideia de transnacionalização do Estado poderia complementar a ideia de semiperiferia levando, assim, a um melhor entendimento das novas configurações da economia política global.

Assim, em primeiro lugar buscar-se-á apresentar o conceito de semiperiferia, em especial a partir da maneira pela qual este é pensado na análise do sistema-mundo (ASM). Feito isso, em segundo lugar será apresentado o conceito de internacionalização do Estado e, em seguida, o surgimento de uma fração transnacional da classe capitalista. Ambas as questões são fundamentais para contextualizar o surgimento e o potencial analítico da ideia de transnacionalização do Estado, em especial com relação ao atual contexto de globalização. Por fim, serão feitas algumas considerações finais acerca das potencialidades e limites bem como possíveis linhas de pesquisa decorrentes das questões apresentadas.

SISTEMA-MUNDO E A IDEIA DE SEMIPERFERIA

Desde a segunda metade dos anos 1970 a ASM se consolidou como uma alternativa para lidar com as questões de hierarquização na economia política global. Tal abordagem emerge como crítica à teoria da modernização, enfatizando duas questões fundamentais: (i) os limites do estadocentrismo – ou a crítica à ideia de que os Estados sejam as unidades operacionais da sociedade; (ii) a crítica à ideia de “lei geral de desenvolvimento”, ou seja, de que haveria estágios pelos quais sociedades atrasadas passariam até atingir a situação dos Estados desenvolvidos (MARIUTTI, 2004).

Neste sentido, sistema-mundo seria um sistema social “[...] que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência.” (WALLERSTEIN, 1990, p. 337). Tal sistema é dinâmico, uma vez que sua própria existência deriva dos grupos que o compõem, cujas interações o mantêm unido por tensão ou o dilaceram uma vez que tais grupos buscam constantemente remodelá-lo para seu próprio benefício. Assim, em última instância o que faz do sistema-mundo um sistema social “é o facto (*sic*) de a vida no seu seio ser em grande medida autocontida, e de a dinâmica do seu desenvolvimento ser em grande medida interna”

(WALLERSTEIN, 1990, p. 337). Em última instância, o próprio sistema é a unidade de análise (BREWER, 1990; MARIUTTI, 2004).

Historicamente existiram apenas duas formas de sistemas-mundo: em primeiro lugar, impérios-mundo, onde há apenas um sistema político sobre a maior parte da área do sistema-mundo; e em segundo lugar, economias-mundo, que seriam sistemas-mundo que não são englobados por uma entidade política unitária. Antes da era moderna havia dois caminhos possíveis para as economias-mundo: primeiro, transformar-se em impérios-mundo a partir do desenvolvimento de uma estrutura política capaz de abarcá-la ou sendo anexada por um império-mundo em expansão; segundo, desintegrar. A grande peculiaridade do sistema-mundo moderno é o fato de que “[...] uma economia-mundo tenha sobrevivido durante 500 anos e no entanto não tenha chegado a transformar-se em império-mundo – peculiaridade que é o segredo da sua força.” (WALLERSTEIN, 1990, p. 338).

Tal peculiaridade – e força – diz respeito ao aspecto político do capitalismo, que se desenvolveu pelo fato da economia-mundo conter em seus limites não um, mas múltiplos sistemas políticos. Apenas o sistema-mundo moderno desenvolveu uma estrutura política composta por unidades políticas autônomas, Estados ditos “soberanos” em uma delimitada área geográfica, estrutura política esta que garante a continuidade de uma lógica de mercado parcialmente livre – que é a condição *sinequa non* para a acumulação do capital em escala sistêmica (ARRIGHI, 1996). Assim, a economia-mundo capitalista e o sistema moderno de Estados não são inovações históricas separadas que se articulam: ambos se desenvolveram simultaneamente, sendo a existência de um dependente da existência do outro (WALLERSTEIN, 1996b).

Consequentemente, os capitalistas ganham uma capacidade de articulação e mobilidade que tem uma base estrutural, o que possibilitou a expansão econômica e geográfica constante do sistema mundial moderno para além de suas fronteiras europeias iniciais. Neste processo, foram incorporados novas áreas e povos em sua divisão do trabalho até que, por volta do final do século XIX, seus processos de acumulação e reprodução cobriam todo o mundo, sendo assim o primeiro sistema-mundo na história a atingir esta condição – apesar da distribuição desigual de seus frutos (WALLERSTEIN, 1990; 1996b; 2004a).

Tal distribuição desigual deriva de uma das características definidoras de um sistema-mundo, a saber, sua divisão do trabalho. Assim, é possível perceber a existência de “[...] um *todo espaço-temporal* (grifo do autor) cujo escopo espacial coincide com o eixo da divisão social do trabalho que integra as suas partes constituintes.” (MARIUTTI, 2004, p. 97). As atividades mais lucrativas tendem a se concentrar geograficamente em certas áreas reduzidas da economia-mundo, chamadas de *centro*. Já as atividades de menor lucratividade tendem a ser mais dispersas geograficamente, na *periferia*. Neste sentido, a divisão do trabalho que ocorre na economia-mundo capitalista diz respeito a uma hierarquia de tarefas que dependem de níveis distintos de qualificação e capitalização, o que tem impacto significativo na lucratividade e, por conseguinte, implicam a transferência de mais-valia da periferia para o centro. Contudo, há um elemento que complexifica este processo, a saber, a *semiperiferia*. Trata-se de

[...] um elemento estrutural necessário numa economia-mundo. [...] São pontos colectores (*sic*) de qualificações vitais, com frequência politicamente impopulares. Estas áreas intermédias desviam parcialmente as pressões políticas que os grupos localizados primariamente nas áreas periféricas poderiam noutro caso dirigir contra os estados do centro e os grupos que operam no interior e através dos seus aparelhos de Estado. Por outro lado, os interesses localizados basicamente na semi-periferia acham-se no exterior da arena política dos estados do centro, e é-lhes difícil prosseguir os seus fins através de coligações políticas que poderiam estar abertas para eles se estivessem na mesma arena política. (WALLERSTEIN, 1990, p. 339).

Assim, a semiperiferia, na medida em que atua, ao mesmo tempo, como área periférica com relação ao centro e como área central em relação à periferia, pode contribuir para a perpetuação do sistema-mundo moderno reduzindo a tensão existente entre os extremos. Além disso, também poder exercer um papel dinamizador, pois em períodos de contração econômica, alguns Estados semiperiféricos podem obter vantagens e, em função de sua constituição híbrida, ameaçar o centro do sistema (WALLERSTEIN, 1996b; MARIUTTI, 2004). Neste sentido, são Estados marcados por certas instabilidades: em termos políticos, pode-se falar em alguns casos de estruturas estatais frágeis; em termos sociais, de estruturas desiguais em

processos de urbanização, marcadas por intensos fluxos migratórios, por exemplo (cf. *inter alia* CHASE-DUNN, 1989).

A ideia de semiperiferia surge a partir de uma constatação empírica, ou seja, a identificação de que há países que, tendo em vista dados como PIB *per capita*, se encontram entre os países centrais avançados e a periferia subdesenvolvida. Contudo, com o passar do tempo o termo adquiriu significado analítico tendo em vista as dinâmicas das relações centro-periferia (RADICE, 2009). Embora sejam termos de origem e consequências geográficas, centro e periferia (e semiperiferia) não são conceitos utilizados em termos espaciais em primeiro lugar, mas sim em termos relacionais (ARRIGHI; DRANGEL, 1986; WALLERSTEIN, 2004a). Ou seja, a relação entre centro e periferia se destaca por ser uma relação entre capital mundial e trabalho mundial, entre atividades de alta lucratividade e atividades de baixa lucratividade. Assim, na medida em que se dá a integração entre tais tipos de atividades há a transferência de excedente de atividades produtivas periféricas para atividades centrais, o que acarreta em “uma distribuição desigual do valor da produção mundial” (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 109) – não apenas dos trabalhadores para os proprietários mas também dos proprietários da periferia para os proprietários do centro (WALLERSTEIN, 1996b, 2004a).

De acordo com Wallerstein² (2004a, p. x), “[...] proponentes da análise do sistema-mundo tem falado sobre a globalização muito antes de a palavra ter sido inventada; não como algo novo, mas como algo inerente ao moderno sistema-mundo desde o século XVI”. Embora em um primeiro momento tal afirmação possa ser vista como meritória, por identificar a globalização como algo real, por outro lado alguns problemas emergem. Primeiro, a identificação da globalização como um fenômeno que data do século XVI empobrece o conceito pois o esvazia de qualquer potencial heurístico. Além disso, para a ASM, o capitalismo data do século XVI, e tem permanecido essencialmente o mesmo, sem mudanças significativas, desde então. Em última instância, para tal perspectiva, o capitalismo é, basicamente, “um sistema estático de exploração” (BREWER, 1990, p. 18). Neste sentido, além de destacar a centralidade dos Estados e sua permanência nos processos concernentes às dinâmicas de expansão do capita-

² Cf. também WALLERSTEIN, 2004b, p. 53-76.

lismo mundial desde a formação do sistema-mundo moderno – bem como a persistência da estrutura centro-periferia da economia política global –, a ASM vê a globalização como algo que já existe desde sempre, sem alterações fundamentais ou relevantes desta tendência com relação aos processos contemporâneos (ARRIGHI, 2005). Além disso, por se concentrar principalmente nos ciclos do sistema e da crise sistêmica, a ASM acaba por desenvolver uma leitura do real que, em certa medida, alija a subjetividade da história, trazendo uma leitura limitada acerca das relações de poder em um contexto de globalização.

Nota-se, assim, que tal conceituação de semiperiferia compartilha certa distinção analítica entre economia e política, o que leva ao desenvolvimento de duas estruturas conceituais analiticamente independentes (RADICE, 2009). Uma vez que se agregue a tal problema críticas como a de Laclau (1977), por exemplo, ao reducionismo presente em abordagens sistêmicas como a ASM, notam-se alguns dos principais problemas das definições convencionais de semiperiferia: reducionismo, determinismo e estadocentrismo. Neste sentido, principalmente em um contexto de crescente transnacionalização do capital concomitante à crescente relevância das potências médias emergentes, faz-se necessário romper com a ontologia do sistema-mundo na busca por um melhor entendimento de tais países e de seu comportamento no âmbito global.

O CONTEXTO DA EMERGÊNCIA: INTERNACIONALIZAÇÃO DO ESTADO, PAX AMERICANA E GLOBALIZAÇÃO

A intensificação dos processos de globalização tem colocado problemas para as classificações estadocêntricas da relação centro-periferia e, por derivação, para as interpretações a respeito da semiperiferia (WORTH, 2009). Neste sentido, a despeito da pertinência inicial de tal conceito, cumpre oportuno dar um passo além na busca por elementos de inspiração crítica para entender o comportamento das potências médias emergentes. E neste ponto as abordagens neogramscianas podem ser de grande valia.

Central em tais abordagens é a percepção dos impactos que a intensificação de determinados processos de internacionalização da produção exerce no âmbito da política. Cox chamou isso de internacionalização

do Estado, processo este fundamental para o entendimento dos mecanismos usados para a manutenção da hegemonia no período da *pax americana* bem como para o entendimento do contexto que emerge a partir da intensificação dos processos de globalização.

A internacionalização do Estado seria “[...] um processo global pelo qual as políticas e as práticas nacionais têm sido ajustadas às exigências da economia mundial.” (COX, 1987, p. 253). Fundamental neste ponto é o fato de que os Estados tem se tornado parte de uma estrutura política complexa emergente em escala internacional³. Assim duas questões se destacam: primeiro, o Estado não desaparece neste processo: com a emergência do “global”, um novo âmbito de interações sociais surge sem, contudo, que isso implique a subsunção ou até mesmo a hierarquização dos demais âmbitos. Segundo, tal internacionalização não ocorre de maneira homogênea pelo mundo. Na verdade, o destaque dado ao “momento nacional” contribui para que se percebam as “articulações interescolares” (MORTON, 2007, p. 138) existentes entre os âmbitos nacional e internacional; ou seja, é fundamental neste ponto perceber as dinâmicas espaciais da dialética da globalização.

Nota-se então um processo de transformação das estruturas políticas estatais, que ocorre a partir de novos alinhamentos das relações de poder entre os grupos domésticos e destes com grupos de outros Estados em um processo mais amplo de construção de um bloco histórico para além dos limites do Estado nacional. Há, assim, a formação de certo consenso interestatal intimamente relacionado às necessidades da economia mundial, cuja participação é hierarquicamente estruturada a partir dos contornos estabelecidos no bloco histórico dominante. A partir daí, as estruturas internas dos Estados partícipes deste processo são ajustadas a fim de traduzir tal consenso em políticas públicas nacionais.

Durante a *pax americana* prevalece uma ordem mundial hegemônica na qual predomina, nos Estados industriais avançados, uma forma de Estado na qual este prestava contas tanto às instituições da economia mundial – FMI e Banco Mundial, por exemplo – quanto à opinião pública doméstica. Era o “liberalismo incrustado” (RUGGIE, 1982) ou a possibilidade de se combinar livre comércio no âmbito internacional com

³ De acordo com Cox, tal processo deve ser visto como uma *nébuleuse*, ou seja, como “algo que não possui uma estrutura institucional impositiva e fixa” (COX, 2002, p. 33). Nesse sentido, cf. também COX, 1996.

intervenção estatal no âmbito doméstico a fim de garantir a estabilidade. Nesta mudança do centro de gravidade da economia nacional para a economia mundial, o Estado permanecia como responsável pela estabilidade em ambos os âmbitos.

Tal processo político internacionalizado associado à internacionalização do Estado pressupunha uma estrutura de poder na qual agências e elementos componentes do governo estadunidense tinham uma posição de destaque. Contudo, tal estrutura de poder não operava apenas no sentido “de cima para baixo” nem era de exclusividade dos Estados nacionais. Como todo processo de construção de uma hegemonia, pressupunha uma identificação por parte dos subordinados, o que remete à dimensão do consenso e aos próprios processos de negociação e barganha que ocorrem entre dominantes e subordinados – dentro dos limites estabelecidos no bloco histórico em questão. Neste sentido, o processo de internacionalização do Estado deve ser entendido de maneira dialética, não como algo inexorável mas como uma tendência que, como tal, gera contradições e movimentos de oposição.

A ordem mundial hegemônica estabelecida pela *pax americana*, na qual tal processo de internacionalização do Estado se desenvolveu, “[...] foi fundada por um país no qual a hegemonia social tem sido estabelecida e no qual tal hegemonia foi suficientemente expansiva para se projetar em uma escala mundial.” (COX, 1987, p. 266). Neste mesmo processo, o modo fordista de produção assim como determinada forma de Estado se tornaram os modelos mundiais, sendo tanto exportados quanto emulados alhures. Em outras palavras, tal ordem mundial hegemônica estava intimamente relacionada à

Projeção em uma escala global [d]aquelas instituições e práticas que já haviam sido desenvolvidas nos Estados Unidos, tais como a organização industrial fordista de produção/consumo, democracia eleitoral, políticas limitadas de bem-estar social e políticas econômicas governamentais voltadas para estímulo das atividades econômicas privadas. (AGNEW, 2005, p. 124).

Uma vez que hegemônias não surgem por acaso mas são deliberadamente construídas, nota-se por detrás da *pax americana* uma visão de

hegemonia, herdeira do sucesso do *New Deale* associado ao internacionalismo econômico através do qual grupos sociais estadunidenses buscavam estimular a demanda através do consumo de massa. Perceber essas questões é fundamental, pois elas expressam exatamente a relevância da dimensão espacial no processo de construção de uma hegemonia: “[...] o lugar que vem exercer a hegemonia importa, assim, para o conteúdo e para a forma que a hegemonia assume” (AGNEW, 2005, p. 9).

Esta hegemonia possuía determinadas particularidades. Sua geografia do poder derivava do poder em rede há muito “cultivado na sociedade de mercado americana” (AGNEW, 2005, p. 61), e a partir e mediante tais particularidades, levou a uma crescente internacionalização da produção e das finanças, o que gerou consequências significativas, com destaque para a própria erosão dos princípios norteadores da ordem mundial no período da *pax americana*. Neste processo, “o modelo econômico-cultural dos Estados Unidos e sua posição global hegemônica” (AGNEW, 2005, p. 61) foram fundamentais, sendo possível perceber uma crescente integração dos processos de produção não mais apenas em uma escala internacional mas global através de determinados processos de articulação das corporações transnacionais em diferentes localizações territoriais. Tal questão é fundamental uma vez que é “[...] esta organização da produção e das finanças em um nível transnacional [que] distingue fundamentalmente a globalização do período da *Pax Americana*.” (MORTON, 2007, p.124).

DA INTERNACIONALIZAÇÃO PARA A TRANSNACIONALIZAÇÃO DO ESTADO

A incorporação da globalização como categoria analítica leva não apenas ao surgimento do conceito de internacionalização do Estado por Cox mas também outros autores a desenvolverem tal conceito com o intuito de melhor compreender sua aplicação assim como seu real potencial heurístico. Neste sentido, Stephen Gill contribuiu para o entendimento desse processo como parte do caráter cambiante da hegemonia mundial centrada nos Estados Unidos, em especial no que diz respeito à sua análise do papel da Comissão Trilateral (GILL, 1990). Assim como Cox, Gill vê a reestruturação global da produção em linhas pós-fordistas ocorrendo dentro de um contexto de mudança estrutural nos anos 1970. É neste período

que há, segundo Gill, uma transição de um bloco histórico internacional para um bloco histórico liberal transnacional.

A partir do pós-II Guerra Mundial – em especial a partir do final da década de 1960 – nota-se um rápido processo de internacionalização da produção, ao ponto de cerca de 30% dos trabalhadores da área da OCDE serem empregados por companhias transnacionais e uma série de outros trabalhadores serem dependentes da produção transnacional e do comércio internacional para sua sobrevivência (GILL, 1990). Concomitante a este processo nota-se também uma significativa integração dos mercados de capital e de câmbio em escala global. Neste contexto, tanto os governos nacionais quanto os trabalhadores são cada vez mais estrangidos pelos recursos de poder e pela crescente mobilidade do capital transnacional (GILL; LAW, 1989). Neste processo há a mobilização da emergente fração transnacional da classe capitalista que passa a desenvolver uma consciência e uma solidariedade que se expressam, por exemplo, em organizações internacionais, instituições financeiras internacionais e conselhos privados de relações internacionais. Assim, tal fração passa, cada vez mais, a ocupar o centro de um emergente bloco histórico liberal transnacional, que conta com uma liderança mais ampla que a hegemonia transatlântica do período anterior e com uma menor incorporação dos setores trabalhistas. A partir de tais questões acerca da transição dos blocos históricos Gill contribui para a tese coxiana da internacionalização do Estado e, além disso, através do desenvolvimento do conceito detransnacionalização do Estado tal autor buscou, a partir de uma mudança semântica, chamar a atenção para a relevância dos atores transnacionais:

[...] um processo por meio do qual as políticas estatais e os arranjos institucionais são condicionados e mudados pelo poder e pela mobilidade das frações transnacionais do capital. Nos anos 1970 e 1980 isso deu um crescente peso para certas partes do governo, como os ministérios da finança e da economia. (GILL, 1990, p. 94).

Tal supremacia é organizada em âmbito global mediante dois processos fundamentais: o novo constitucionalismo e o neoliberalismo disciplinar, concomitante à difusão da civilização de mercado. O neoliberalismo disciplinar seria a expressão de uma contra-revolução do capital

em escala mundial ocorrida nos anos 1990, que reconstitui o Estado e o capital assim como intensifica as hierarquias sociais associadas com as relações de classe, raça e gênero em escala mundial. Tal revolução envolve especificamente a extensão dos processos de “comodificação” e alienação baseados na intensificação da disciplina do capital nas relações sociais. Ou seja, é uma forma concreta de poder estrutural e comportamental combinando o poder estrutural do capital com o “poder capilar” e o “panopticismo” (GILL, 2003). Este neoliberalismo disciplinar é institucionalizado via reestruturação do Estado e instituições internacionais, envolvendo a imposição de novas estruturas legais e políticas constitucionais ou quase-constitucionais, o que é chamado por Gill de novo constitucionalismo, “[...]o projeto político de fazer do liberalismo transnacional, e se possível do capitalismo democrático liberal, o único modelo para o desenvolvimento futuro.” (GILL, 2003, p. 131-132). Ligada a esse projeto se encontra a tentativa de disseminação global do que seria uma civilização de mercado baseada em uma ideologia do progresso capitalista.

O conceito de transnacionalização do Estado permite perceber a dialética existente entre territorialidade e globalização. Neste sentido, o processo de estruturação das relações sociais do capitalismo deve necessariamente ser entendido em associação com o “[...] papel (cambiante) do Estado na reprodução social e espacial do capital.” (LACHER, 2006, p. 12). Ou seja, é fundamental ter em mente a contradição que é inerente, no processo de desenvolvimento das relações sociais capitalistas, entre os espaços de acumulação e os espaços de governança.

Consequentemente, tal conceito serve como antídoto à ideia de “homoeficiência do capitalismo” – suposição de que a difusão e o impacto do capitalismo ao redor do mundo se dariam de uma forma uniforme, a despeito das “[...] contradições do desenvolvimento desigual expresso através das relações variadas do capital nos distintos processos de formação estatal.” (MORTON, 2007, p. 147). Contudo, as contradições do desenvolvimento desigual são expressão das lutas de classe que ocorrem através das diversas escalas espaciais, do âmbito local ao global passando necessariamente pelo estatal.

Em outras palavras, dizer que “[...] os processos e as formações globais atuais podem, e logram, desestabilizar a hierarquia de escalas cen-

tradas no Estado nação.” (SASSEN, 2007, p. 24) não significa dizer que novas escalas do nível global sobrepujem velhas escalas do nível nacional. A partir de tais considerações, percebe-se que uma apreciação mais profícua do conceito de transnacionalização do Estado é fundamental para que se evite tanto a “cilada territorial” (AGNEW, 2005) – e a negação do global a ela associada – quanto o globalismo: ambas perspectivas padecem de uma ontologia rasa na medida em que negam o global ou o estatal como uma escala espacial ainda significativa no processo de acumulação do capital. Isso ajuda a iluminar o entendimento acerca dos processos de neoliberalização, que se por um lado se apresentam a partir de uma dimensão sistêmica, por outro tem se expressado historicamente a partir da reconstituição descontínua, desigual e contraditória das relações entre o global e nacional. Em outras palavras, os processos de neoliberalização tem, ao mesmo tempo, levado à expansão do neoliberalismo pelo mundo e intensificado “o desenvolvimento desigual das formas regulatórias através dos lugares, territórios e escalas”; em suma, tem levado a uma “produção sistêmica de diferenciação geoinstitucional” (BRENNER et al., 2010, p. 3).

Há, assim, a necessidade de se perceber como o processo de acumulação do capital se dá através de relações sociais multi-escalares, nas quais o Estado deve ser visto não como ponto dominante mas como ponto nodal. O espaço geográfico é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, sistemas estes que variam conforme as épocas. Se for assim, então “[...] os objetos que constituem o espaço geográfico atual são intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados. A ordem espacial resultante é, assim, intencional.” (SANTOS, 2004, p. 332).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS LIMITES DA EMERGÊNCIA?

Se por um lado percebe-se a existência de um processo que tem impacto significativo na forma de organização das relações sociais no espaço, por outro tal fenômeno induz, através de um processo de internalização de determinados processos, modos e ideologias, a reprodução do capital dentro de Estados distintos. Assim, o que se nota a partir da emergência da globalização não é o fim ou a retirada do Estado, e sim uma reestruturação

das diferentes formas de Estado mediante a internalização, nos Estados, de “[...] novas configurações de forças sociais expressas por uma luta de classes entre frações distintas (nacional e transnacional) do capital e do trabalho.” (MORTON, 2007, p. 133). Ou seja, um dos elementos fundamentais neste ponto é o fato de que, através de uma perspectiva neogramsciana – mediante o conceito de transnacionalização do Estado – é possível perceber *como* “o global pode [...] se constituir dentro do nacional” e *como* “[...] o Estado tem na verdade ganhado poder porque tem que executar o trabalho de implementar as políticas necessárias para a economia corporativa global.” (SASSEN, 2008, p. 63). Ou seja, tal conceito é fundamental no entendimento da economia política global contemporânea na medida em que contribui significativamente para a compreensão dos processos de desnacionalização.

A partir do que foi colocado, nota-se que as abordagens neogramscianas e os conceitos a elas articulados possuem um potencial heurístico significativo para lidar com as transformações que vem ocorrendo no âmbito da economia política global nas últimas décadas. Não obstante, pouco tem sido dito, a partir de tal abordagem, acerca das respostas dadas pelas potências médias emergentes a tais transformações. Poucas são as análises acerca de tais processos de “emergência” e sua relação com as normas e regras da ordem mundial vigente: articulações/coalizões como BRICS, IBAS, por exemplo; o papel de algumas dessas articulações em fóruns mais amplos como o G20 financeiro ou no âmbito da ONU são questões que demandam uma maior atenção a partir de uma perspectiva crítica.

Há certos aspectos da mudança sistêmica associada à emergência das novas potências médias que são frequentemente ignorados; em especial, o fato de que tais processos ocorrem em um contexto histórico-estrutural de uma ordem mundial capitalista caracterizada pelo aprofundamento dos processos de transnacionalização do capital. Neste sentido, mesmo que se parta do princípio que a ideia de semiperiferia era pertinente quando de sua elaboração no contexto da ASM, os processos de transnacionalização do capital alteraram significativamente o papel dos países semiperiféricos na economia política global: com as mudanças nos fluxos de investimento e informação, a distinção entre Estados com base na ênfase em recursos ou indústria se torna cada vez mais difícil, o que coloca a semiperiferia –

enquanto momento de equilíbrio e mediação – em uma situação cada vez mais fluida (WORTH, 2009).

Ora, a ideia de semiperiferia é algo profícuo na medida em que contribui para o entendimento do potencial de mudança e de influência que tais Estados intermediários podem ter na ordem internacional sem perder de vista a dimensão do poder estrutural do capital. Em especial, tais questões são relevantes como crítica às leituras *hiperglobalistas* que emergem a partir dos anos 1990. Já o conceito de transnacionalização do Estado é relevante pois indica as complexidades de inserção internacional em um contexto de globalização neoliberal. Ou seja, complementa a ideia de semiperiferia na medida em que esclarece determinadas articulações existentes entre os Estados semiperiféricos e o capital transnacional, inserindo as questões de classe nos debates bem como esclarecendo como se dão determinados processos da dialética global-nacional – ou, em outros termos, como o Estado permanece central nos processos de desnacionalização.

Ao mesmo tempo em que apresenta uma profícuo articulação entre o nacional e o internacional, dando importantes pistas para a reflexão sobre o global, Gramsci traz uma importante crítica ao estadocentrismo não vendo o Estado como uma coisa em si, como algo absoluto em um sentido fetichizado (GRAMSCI, 2002b, p. 279-280, Q8§130 e p. 332-333, Q15§13; 2002c, p. 349-351, Q1§150). Pelo contrário, este é visto como uma forma de relações sociais nas quais distinções metodológicas – e não orgânicas – podem ser feitas entre as dimensões relacionadas aos fenômenos do consenso e da coerção. Tal questão é pertinente pois abre um espaço para se pensar as mudanças contemporâneas do Estado, ou seja, seu processo de desnacionalização, articuladas à emergência do global.

Neste processo uma questão fundamental que surge diz respeito ao verdadeiro potencial de transformação apresentado por tais potências médias emergentes. A ideia de transnacionalização do Estado joga luz sobre tal questão, mas não de maneira conclusiva. Desta forma, um conceito fundamental que requer uma discussão posterior é o de revolução passiva, que ajudaria a entender de que maneira tais Estados não apenas se inserem na ordem mas também como suas ações e articulações se relacionam com o ordenamento vigente. Assim, uma agenda para pesquisas futuras sobre as potências médias emergentes diz respeito ao(s) modelo(s) de desenvol-

vimento por estas apresentado e em que medida este(s) é(são) realmente alternativo(s) ao modelo vigente. Tal questão demandaria uma análise dos complexos sociedade civil/Estado das potências médias emergentes e suas articulações dentro do processo de transnacionalização do Estado destacando a relevância destes países na estrutura capitalista de produção – o que apontaria, mais uma vez, para a pertinência dos conceitos aqui apresentados para o entendimento das potências médias emergentes na ordem mundial contemporânea.

REFERÊNCIAS

AGNEW, John. *Hegemony: the new shape of global power*. Philadelphia: Temple University Press, 2005.

APELDOORN, Bastiaan van. The struggle over European order: transnational class agency in the making of “embedded neoliberalism”. In: BIELER, Andreas; MORTON, Adam David (Ed.). *Social forces in the making of the new Europe: the restructuring of European social relations in the global political economy*. Basingstoke: Palgrave, 2001.p. 70-92.

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. *Ensaio FEE*, v. 28, n. 1, p. 99-126, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. The developmentalist illusion: a reconceptualization of the semiperiphery. In: MARTIN, William G. (Ed.). *Semiperipheral states in the world-economy*. New York: Greenwood Press, 1990.p. 11-42.

_____. Capitalism and the modern world-system: rethinking the non-debates of the 1970s. In: AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION MEETINGS, August 16-20, 1996, New York.

_____. Globalization in world-systems perspective. In: APPELBAUM, Richard P.; ROBINSON, William I. (Ed.). *Critical globalization studies*. New York: Routledge, 2005.p. 33-44.

ARRIGHI, Giovanni; DRANGEL, Jessica. The stratification of the world-economy: an exploration of the semiperipheral zone. *Review*, v. 10, n. 1, p. 9-74, 1986.

BRENNER, Neil et al. Variegatedneoliberalization: geographies, modalities, pathways. *Global Networks*, v. 10, n. 2, p.1-41, 2010.

BREWER, Anthony. *Marxist theories of imperialism: a critical survey*. London: Routledge, 1990.

CHASE-DUNN, Christopher. *Global formation: structures of the world economy*. Oxford: Blackwell, 1989.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.p. 85-123.

_____. *Production, power and world order: social forces in the making of history*. New York: Columbia University Press, 1987.

_____. *The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization*. London: Routledge, 2002.

GILL, Stephen. *American hegemony and the trilateral commission*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. *Power and resistance in the new world order*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

GILL, Stephen; LAW, David. Global hegemony and the structural power of capital. *International Studies Quarterly*, v. 33, p. 475-499, 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.v. 4.

_____. *Cadernos do cárcere*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b. v. 2.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. v. 5.

_____. *Cadernos do cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. v. 3.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c. v. 6.

_____. *Cadernos do cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

HURRELL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? *International Affairs*, v. 82, n. 1, p.1-19, 2006.

JORDAAN, Eduard. The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers. *Politikon*,v. 30, n. 2, p. 165-181, 2003.

LACHER, Hannes. *Beyond globalization: capitalism, territoriality and international relations of modernity*. New York: Routledge, 2006.

LACLAU, Ernesto. *Politics and ideology in marxist theory*. London: Verso, 1977.

LIMA, Maria R. Soares de; HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs*, v. 82, n. 1, p.21-40, 2006.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Considerações sobre a perspectiva do sistema-mundo. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 69, p. 71-88, 2004.

MORTON, Adam David. *Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy*. London: Pluto Press, 2007.

OVERBEEK, Henk; PIJL, Keesvan der. Restructuring capital and restructuring hegemony: neo-liberalism and the unmaking of the post-war order. In: OVERBEEK, Henk (Ed.). *Restructuring hegemony in the global political economy: the rise of transnational neoliberalism in the 1980s*. London: Routledge, 1993.p. 1-27.

PIJL, Kees van der. *The making of an Atlantic ruling class*. London: Verso, 1984.

_____. The second glorious revolution: globalizing elites and historical change. In: HETTNE, Björn. *International political economy: understanding the global disorder*. London: Zed Books, 1995.p. 100-128.

_____. *Transnational classes and international relations*. London: Routledge, 1998.

POLANYI, Karl. *A grandetransformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RADICE, Hugo. Halfway to paradise? Making sense of the semi-periphery. In: WORTH, Owen; MOORE, Phoebe (Ed.). *Globalization and the 'new' semi-peripheries*. Basingstoke: Palgrave, 2009. p. 25-39.

ROBINSON, William I. *A theory of global capitalism: production, class, and state in a transnational world*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.

_____. Gramsci and globalization: from nation-state to transnational hegemony. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, v. 8, n. 4, p. 559-574, 2005.

RUGGIE, John G. International regimes, transactions and change: embedded liberalism in the postwar economic order. *International Organization*, n. 36, v. 2, p. 379-415, 1982.

RUPERT, Mark. *Producing hegemony: the politics of mass production and American global power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2004.

SASSEN, Saskia. *Una sociología de laglobalización*. Buenos Aires: Katz, 2007.

_____. Neither global nor national: novel assemblages of territory, authority and rights. *Ethics & Global Politics*, v. 1, n. 1-2, p. 61-79, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno: volume 1: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Porto: Afrontamento, 1990.

_____. *O sistema mundial moderno: volume 2: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Porto: Afrontamento, 1996a.

_____. The inter-state structure of the modern world-system. In: SMITH, Steve et al. (Ed.). *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996b.p. 87-107.

_____. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2004a.

_____. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004b.

WORTH, Owen. Whatever happened to the semi-periphery? In: WORTH, Owen; MOORE, Phoebe (Ed.). *Globalization and the 'new' semi-peripheries*. Basingstoke: Palgrave, 2009.p. 9-24.